

DOENÇAS INFECTOCONTAGIOSAS NA SAÚDE PÚBLICA: DESAFIOS DA VIGILÂNCIA, PREVENÇÃO E CONTROLE NO CONTEXTO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE NO SUS

Resumo: As doenças infectocontagiosas permanecem como importante desafio para a saúde pública devido à elevada capacidade de transmissão e aos impactos que provocam na organização dos sistemas de saúde. Este estudo teve como objetivo analisar os desafios da vigilância, prevenção e controle das doenças infectocontagiosas no contexto da APS no SUS, considerando a importância da integração entre vigilância epidemiológica e assistência à saúde para o fortalecimento das estratégias de proteção e promoção da saúde da população. Trata-se de uma revisão narrativa da literatura realizada nas bases *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), PubMed/MEDLINE e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), utilizando descritores relacionados à Vigilância em Saúde, Doenças Transmissíveis, Atenção Primária à Saúde, Saúde Pública e Sistema Único de Saúde. As produções selecionadas permitiram examinar o papel da vigilância epidemiológica na identificação precoce de casos, no monitoramento de agravos e na orientação de ações preventivas. Observa-se que a APS ocupa posição estratégica na detecção de eventos epidemiológicos, no acompanhamento dos usuários e na implementação de medidas de prevenção no território. Conclui-se que o fortalecimento da integração entre vigilância em saúde e atenção primária é essencial para ampliar a capacidade de resposta do SUS frente às doenças infectocontagiosas.

Palavras-Chave: Atenção Primária à Saúde; Doenças Transmissíveis; Saúde Pública; Sistema Único de Saúde; Vigilância em Saúde.

Carla Gianna Leal Reis

Especialista em Saúde da Família pela UFCE

Marcelo Leite Cavalcante

Graduando em Medicina pela Uninassau

Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-0500-9684>

João Paulo Ferreira Mendes

Graduando em Medicina pela Uninasau

Orcid: 0009-0005-8102-7524

Thamyres Maria Silva Barbosa

Mestranda em Gestão dos Serviços de Atenção Primária a Saúde pela FUNIBER

Liége Martins da Silva

Mestra em Ciências da Saúde pela Universidad de Córdoba na Espanha

Orcid: 0000-0002-5879-5016

Ana Beatriz da Silva Conceição

Mestra em Pesquisa Clínica em Doenças Infecciosas na Fundação Oswaldo Cruz

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4111-3074>

Stálin Santos Damasceno

Mestre em Ciências da Saúde pela Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-6003-2678>

Andrea Mathias Losacco

Mestra em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo-USP

Orcid: 0000-0002-4362-8354

Maria Nazaré Lopes Baracho

Doutoranda em odontologia pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)

Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-0255-523X>

Onayane dos Santos Oliveira

Doutora em Biologia de Agentes Infecciosos e Parasitários pela Universidade Federal do Pará-UFPA

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6399-3025>



INFECTIOUS DISEASES IN PUBLIC HEALTH: CHALLENGES OF SURVEILLANCE, PREVENTION, AND CONTROL IN THE CONTEXT OF PRIMARY HEALTH CARE WITHIN THE BRAZILIAN UNIFIED HEALTH SYSTEM (SUS)

Abstract: Infectious diseases remain a significant challenge for public health due to their high transmissibility and the impacts they have on the organization of health systems. This study aimed to analyze the challenges of surveillance, prevention, and control of infectious diseases in the context of Primary Health Care (PHC) within the Brazilian Unified Health System (SUS), considering the importance of integrating epidemiological surveillance and healthcare to strengthen strategies for protecting and promoting the health of the population. This is a narrative literature review conducted in the Scientific Electronic Library Online (SciELO), PubMed/MEDLINE, and Virtual Health Library (VHL) databases, using descriptors related to Health Surveillance, Transmissible Diseases, Primary Health Care, Public Health, and the Unified Health System. The selected publications allowed us to examine the role of epidemiological surveillance in the early identification of cases, the monitoring of health problems, and the guidance of preventive actions. It is observed that PHC occupies a strategic position in the detection of epidemiological events, in the follow-up of users, and in the implementation of preventive measures in the territory. It is concluded that strengthening the integration between health surveillance and primary care is essential to expand the SUS's (Brazilian Public Health System) capacity to respond to infectious diseases.

Keywords: Primary Health Care; Communicable Diseases; Public Health; Unified Health System; Health Surveillance.

INTRODUÇÃO

As doenças infectocontagiosas permanecem como um dos principais desafios da saúde pública contemporânea devido à sua elevada capacidade de transmissão e ao impacto que provocam na organização dos sistemas de saúde. A ocorrência de surtos, epidemias e pandemias demonstra que a dinâmica dessas enfermidades está associada a fatores ambientais, sociais, econômicos e demográficos, exigindo estratégias permanentes de monitoramento e intervenção. A vigilância em saúde constitui um instrumento fundamental nesse processo, pois permite acompanhar a distribuição dos agravos no território e orientar medidas de prevenção e controle voltadas à proteção da população (Franco Netto *et al.*, 2017).



No Brasil, a organização das políticas públicas de saúde foi significativamente transformada a partir da criação do Sistema Único de Saúde (SUS), instituído pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pelas Leis nº 8.080/1990 e nº 8.142/ 1990 (Brasil, 1988; Brasil, 1990a; Brasil, 1990b). Esse sistema estabeleceu o princípio da universalidade do acesso e estruturou uma rede de serviços voltada à promoção, prevenção, tratamento e reabilitação em saúde. Nesse contexto, a vigilância em saúde passou a ocupar posição estratégica para a identificação de agravos e para a implementação de ações capazes de reduzir riscos à saúde coletiva (Santos, 2023).

A vigilância em saúde compreende um conjunto articulado de ações que envolvem a coleta sistemática de dados, a análise das informações epidemiológicas e a disseminação de resultados para subsidiar decisões em saúde pública. Essa estrutura permite compreender padrões de ocorrência de doenças, identificar fatores de risco e direcionar intervenções sanitárias voltadas à prevenção de novos casos. O uso dessas informações fortalece a capacidade de resposta dos sistemas de saúde frente a eventos epidemiológicos que possam comprometer a segurança sanitária das populações (Franco Netto *et al.*, 2017).

Entre os agravos monitorados pelas estruturas de vigilância destacam-se as doenças infecciosas transmissíveis, que possuem potencial de rápida disseminação entre indivíduos e comunidades. Essas enfermidades podem ser transmitidas por contato direto entre pessoas, por meio de vetores biológicos ou ainda por água, alimentos e superfícies contaminadas. A identificação precoce desses eventos constitui elemento essencial para o controle da transmissão e para a redução de complicações clínicas associadas a esses agravos (Turci; Holliday; Oliveira, 2020).

A emergência de novos agentes infecciosos e o reaparecimento de doenças previamente controladas mostram a necessidade de fortalecimento das estratégias de vigilância epidemiológica em escala global. A pandemia causada pelo vírus SARS-CoV-2 demonstrou a rapidez com que patógenos podem se disseminar em um mundo marcado pela intensa mobilidade populacional. Esse cenário reforça a importância de sistemas de vigilância capazes de detectar precocemente eventos epidemiológicos e coordenar respostas sanitárias adequadas (Prado *et al.*, 2021).



No âmbito da organização do sistema de saúde brasileiro, a Atenção Primária à Saúde (APS) ocupa papel central na identificação e no acompanhamento de agravos transmissíveis, uma vez que representa a principal porta de entrada da população nos serviços de saúde. A proximidade das equipes de saúde com os territórios permite reconhecer padrões de adoecimento, registrar notificações e acompanhar a evolução epidemiológica das doenças nas comunidades. Essa atuação territorializada favorece a implementação de estratégias de prevenção e controle mais efetivas (Prado *et al.*, 2021).

A integração entre vigilância em saúde e Atenção Primária constitui elemento essencial para o enfrentamento de doenças transmissíveis, pois possibilita a articulação entre ações de monitoramento epidemiológico e intervenções assistenciais. A presença de equipes multiprofissionais atuando nos territórios facilita o registro de notificações, o rastreamento de contatos e a adoção de medidas preventivas que contribuem para reduzir a disseminação de agentes infecciosos (Silva *et al.*, 2025).

Entretanto, a operacionalização dessas ações enfrenta diversos obstáculos estruturais e organizacionais no sistema de saúde brasileiro. A desigualdade regional na distribuição de recursos, as limitações na infraestrutura dos serviços e as dificuldades na articulação entre diferentes níveis de atenção interferem na capacidade de resposta frente aos agravos transmissíveis. Tais fatores apresentam a complexidade do cenário da saúde pública e a necessidade de aprimoramento contínuo das políticas de vigilância (Silva *et al.*, 2023).

Outro aspecto relevante refere-se à heterogeneidade territorial existente no país, especialmente em regiões caracterizadas por elevada mobilidade populacional, como áreas de fronteira. Nesses contextos, o fluxo constante de pessoas entre diferentes territórios favorece a circulação de agentes infecciosos e impõe desafios adicionais às estratégias de controle sanitário. A vigilância em saúde torna-se, portanto, instrumento indispensável para monitorar eventos epidemiológicos e orientar políticas públicas voltadas à proteção das populações (Santos-Melo *et al.*, 2023).

Além disso, a complexidade das doenças transmissíveis exige abordagens intersetoriais capazes de integrar diferentes áreas do conhecimento e setores da sociedade. A articulação entre vigilância epidemiológica, vigilância sanitária, vigilância ambiental e saúde do trabalhador amplia a capacidade de identificar riscos e desenvolver intervenções voltadas à promoção da

saúde coletiva. Essa integração fortalece o planejamento e a implementação de políticas públicas voltadas à prevenção de agravos (Franco Netto *et al.*, 2017).

A ampliação das tecnologias de informação em saúde também tem contribuído para o aprimoramento das estratégias de vigilância epidemiológica, permitindo o monitoramento em tempo real de notificações e a análise de tendências epidemiológicas. Sistemas integrados de informação possibilitam maior agilidade na tomada de decisões e favorecem a implementação de ações preventivas mais direcionadas às necessidades da população (Silva *et al.*, 2025).

Apesar dos avanços institucionais observados no sistema de vigilância em saúde, permanecem desafios relacionados à subnotificação de agravos, à capacitação profissional e à articulação entre os diferentes níveis de gestão do sistema de saúde. Essas limitações comprometem a eficiência das ações de monitoramento epidemiológico e dificultam a implementação de estratégias de prevenção e controle de doenças transmissíveis (Silva *et al.*, 2025).

Diante desse contexto, torna-se necessário aprofundar a análise das estratégias de vigilância epidemiológica, prevenção e controle de doenças infectocontagiosas no âmbito da APS. A compreensão das potencialidades e limitações dessas ações contribui para o aprimoramento das políticas públicas voltadas à proteção da saúde coletiva e para o fortalecimento do SUS (Prado *et al.*, 2021).

Assim, o presente estudo tem como objetivo analisar os desafios da vigilância, prevenção e controle das doenças infectocontagiosas no contexto da APS no SUS, considerando a importância da integração entre vigilância epidemiológica e assistência à saúde para o fortalecimento das estratégias de proteção e promoção da saúde da população.

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma revisão narrativa da literatura, abordagem metodológica utilizada para reunir, discutir e interpretar conhecimentos produzidos acerca de determinado fenômeno, permitindo compreender diferentes dimensões teóricas, conceituais e analíticas relacionadas às doenças infectocontagiosas no campo da saúde pública. Esse tipo de revisão possibilita examinar produções científicas de naturezas metodológicas distintas,



favorecendo a construção de uma análise interpretativa sobre os desafios da vigilância epidemiológica, da prevenção e do controle de agravos transmissíveis no contexto da APS no SUS.

A busca bibliográfica foi realizada nas bases *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), PubMed/MEDLINE e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), selecionadas por reunirem expressiva produção científica nas áreas de epidemiologia, saúde coletiva e organização dos sistemas de saúde. A seleção das bases considerou sua relevância na indexação de periódicos nacionais e internacionais que abordam vigilância em saúde, doenças transmissíveis e organização da atenção primária, permitindo identificar produções compatíveis com a temática proposta

Para a estratégia de busca foram utilizados descritores controlados provenientes do DeCS (Descritores em Ciências da Saúde) e do MeSH (*Medical Subject Headings*), combinados por meio do operador booleano *AND* e *OR*. Entre os descritores empregados destacam-se: Vigilância em Saúde (*Health Surveillance*), Doenças Transmissíveis (*Communicable Diseases*), Atenção Primária à Saúde (*Primary Health Care*), Saúde Pública (*Public Health*) e Sistema Único de Saúde (*Unified Health System*). A combinação desses termos permitiu localizar produções científicas relacionadas à vigilância epidemiológica, organização da atenção primária e controle de doenças infecciosas no contexto brasileiro.

Foram considerados critérios de inclusão: artigos científicos publicados em periódicos indexados, disponíveis em texto completo, que abordassem vigilância epidemiológica, doenças infecciosas ou estratégias de prevenção e controle no âmbito da APS. Também foram incluídas produções que discutem determinantes socioambientais relacionados à ocorrência de agravos transmissíveis e a organização das respostas institucionais do SUS frente a eventos epidemiológicos.

Como critérios de exclusão, foram desconsiderados documentos editoriais, textos que não apresentavam relação direta com a temática investigada, duplicações entre bases de dados e materiais que não abordavam a interface entre vigilância em saúde, atenção primária e doenças infectocontagiosas. Após a aplicação desses critérios, foram selecionadas produções científicas que contribuíram para a discussão das dimensões epidemiológicas, assistenciais e estruturais relacionadas ao controle de agravos transmissíveis no sistema de saúde brasileiro.

A extração das informações ocorreu por meio de leitura exploratória e analítica dos textos selecionados, permitindo identificar elementos relacionados ao tipo de estudo, temática central, abordagem metodológica e principais contribuições para a compreensão da vigilância epidemiológica e do controle de doenças infecciosas. As informações obtidas foram organizadas em quadro síntese para facilitar a comparação entre as produções incluídas e subsidiar a construção da análise interpretativa apresentada na seção de resultados e discussão.

A análise do material selecionado foi conduzida de forma interpretativa, buscando compreender convergências e divergências entre as produções científicas no que se refere às estratégias de vigilância, organização da atenção primária e fatores socioambientais relacionados à ocorrência de doenças infectocontagiosas. Essa etapa permitiu examinar diferentes perspectivas sobre o papel da vigilância em saúde, a atuação das equipes da atenção básica e os desafios institucionais envolvidos na prevenção e controle desses agravos no território.

Por tratar-se de revisão narrativa baseada em documentos científicos de acesso público, não houve envolvimento direto de participantes humanos nem coleta de dados primários, motivo pelo qual não se aplicou submissão a Comitê de Ética em Pesquisa. Ainda assim, foram respeitados os princípios éticos relacionados ao uso adequado das informações, com a devida indicação das fontes utilizadas ao longo do trabalho.

Entre as limitações do estudo, destaca-se a dependência de produções disponíveis nas bases de dados consultadas e o caráter interpretativo da revisão narrativa, que não segue protocolo sistemático de seleção como revisões sistemáticas ou meta-análises. Mesmo assim, o método adotado permite integrar diferentes abordagens e contribuições científicas, favorecendo uma análise ampla sobre os desafios da vigilância, prevenção e controle das doenças infectocontagiosas no contexto da APS no SUS.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A triagem dos arquivos resultou na inclusão de sete produções científicas e na exclusão de um documento por se tratar de modelo editorial sem conteúdo empírico relacionado ao tema. Os textos selecionados abordam vigilância epidemiológica no SUS, manejo da tuberculose na



APS, determinantes socioambientais do escorpionismo, biossegurança e transmissão respiratória, vigilância em saúde na APS, resposta da atenção primária à dengue e a dinâmica das doenças emergentes e reemergentes no Brasil.

Tabela 1 – Caracterização dos estudos incluídos.

Autor/Ano	Tipo de estudo	Tema central	Contribuição principal
Silveira <i>et al.</i> (2023)	Revisão integrativa	Vigilância epidemiológica no SUS	Discute o papel da vigilância na identificação de surtos, monitoramento de casos e implementação de medidas preventivas
Mazzinghy <i>et al.</i> (2024)	Estudo quantitativo	Manejo da tuberculose na APS	Analisa o julgamento de profissionais da APS sobre diagnóstico, acompanhamento e organização do cuidado
Almeida <i>et al.</i> (2021)	Estudo ecológico	Escorpionismo e fatores socioambientais	Relaciona ocorrência do agravo a desigualdades sociais, saneamento e condições ambientais
Gomes <i>et al.</i> (2024)	Revisão bibliográfica	Biossegurança em infecções respiratórias	Analisa transmissão por gotículas e aerossóis e medidas de proteção nos serviços de saúde
Elidio <i>et al.</i> (2025)	Carta analítica	Vigilância em saúde na APS	Defende a vigilância como eixo estruturante das políticas de atenção primária
Pacheco <i>et al.</i> (2024)	Carta analítica	APS na resposta à dengue	Discute atuação das unidades básicas no manejo clínico e nas ações de vigilância
Frutuoso <i>et al.</i> (2026)	Revisão sistemática	Doenças emergentes e reemergentes	Analisa a relação entre vulnerabilidade social, ambiente e expansão de doenças infecciosas

Fonte: Elaborado pelos autores, 2026.

A vigilância epidemiológica aparece como elemento estruturante no controle das doenças infectocontagiosas. Silveira *et al.* (2023) descrevem a vigilância como processo que envolve identificação precoce de casos, investigação epidemiológica e monitoramento da evolução das doenças no território. Esse conjunto de ações permite direcionar estratégias preventivas e orientar decisões sanitárias. Elidio *et al.* (2025) ampliam essa compreensão ao

situar a vigilância como componente central da organização da APS, defendendo sua integração ao cotidiano das equipes de saúde da família.

A territorialização da atenção primária contribui para a detecção rápida de agravos infecciosos. Pacheco *et al.* (2024) descrevem que as unidades básicas assumem papel relevante no atendimento inicial de casos suspeitos de dengue, realizando triagem clínica, orientação à população e encaminhamento quando necessário. Essa proximidade com as comunidades favorece o reconhecimento de alterações no padrão epidemiológico local. Elidio *et al.* (2025) ressaltam que a vigilância integrada à APS permite articular assistência clínica, coleta de dados epidemiológicos e planejamento das ações de saúde.

O manejo da tuberculose comprova desafios na operacionalização das ações de vigilância e cuidado. Mazzinghy *et al.* (2024) identificam dificuldades entre profissionais da atenção primária relacionadas ao reconhecimento de fluxos assistenciais, diagnóstico e acompanhamento dos pacientes. As autoras descrevem incertezas sobre busca ativa de indivíduos que interrompem o tratamento e investigação de óbitos associados à doença. Esse cenário demonstra que a descentralização do cuidado exige suporte institucional permanente e qualificação contínua das equipes.

A continuidade terapêutica constitui elemento fundamental no controle da tuberculose. Mazzinghy *et al.* (2024) destacam que interrupções no tratamento favorecem a manutenção da cadeia de transmissão e ampliam o risco de resistência medicamentosa. A vigilância ativa, associada ao acompanhamento longitudinal dos pacientes, torna-se essencial para reduzir esses riscos. A organização do processo de trabalho na APS assume papel decisivo na identificação de pacientes em abandono e na retomada do acompanhamento terapêutico.

A influência dos determinantes socioambientais aparece de forma expressiva na distribuição de agravos. Almeida *et al.* (2021) demonstram associação entre escorpionismo e fatores como precariedade do saneamento básico, acúmulo de resíduos sólidos e condições habitacionais desfavoráveis. Esses elementos relatam a relação entre desigualdade social e vulnerabilidade sanitária. O ambiente urbano, quando marcado por infraestrutura insuficiente, favorece a ocorrência de diferentes eventos de interesse epidemiológico.

A análise de Frutuoso *et al.* (2026) amplia essa discussão ao relacionar a persistência de doenças infecciosas a processos sociais e ambientais mais amplos. Os autores descrevem que

urbanização acelerada, mobilidade populacional e desigualdade socioeconômica contribuem para a manutenção de agravos como dengue, sífilis e tuberculose. Essa dinâmica mostra que a circulação dessas enfermidades resulta de múltiplos fatores estruturais, exigindo estratégias intersetoriais que articulem saúde, saneamento e políticas sociais.

No campo da prevenção, a articulação entre vigilância epidemiológica e ações educativas assume papel relevante. Silveira *et al.* (2023) descrevem que campanhas de vacinação, distribuição de insumos e orientação à população contribuem para reduzir a transmissão de doenças infecciosas. Essas iniciativas dependem da integração entre serviços assistenciais e vigilância em saúde. A participação comunitária também fortalece a efetividade dessas estratégias preventivas.

A biossegurança constitui componente essencial na proteção de profissionais e usuários nos serviços de saúde. Gomes *et al.* (2024) discutem que diversas infecções respiratórias se disseminam por meio de gotículas e aerossóis, especialmente em ambientes fechados ou com ventilação inadequada. O uso adequado de equipamentos de proteção individual reduz o risco de exposição ocupacional. A organização dos fluxos assistenciais também contribui para diminuir a probabilidade de transmissão dentro dos serviços.

A produção de informações epidemiológicas sustenta o planejamento das ações sanitárias. Silveira *et al.* (2023) destacam que os sistemas de informação permitem acompanhar tendências epidemiológicas e identificar populações mais vulneráveis. O registro sistemático de casos contribui para orientar decisões administrativas e definir prioridades de intervenção. A análise desses dados fortalece a capacidade de resposta diante de mudanças no perfil das doenças.

A qualificação profissional representa fator relevante para aprimorar a atuação da APS frente às doenças infectocontagiosas. Mazzinghy *et al.* (2024) defendem a ampliação de iniciativas de educação permanente voltadas ao controle da tuberculose. Gomes *et al.* (2024) também enfatizam a importância da capacitação contínua para garantir a aplicação correta das medidas de biossegurança. A atualização permanente dos profissionais contribui para fortalecer a vigilância e a assistência.

A integração entre vigilância epidemiológica e assistência clínica amplia a capacidade de resposta do sistema de saúde. Elidio *et al.* (2025) destacam que a incorporação da vigilância

ao processo de trabalho das equipes favorece intervenções mais oportunas. Pacheco *et al.* (2024) descrevem que a articulação entre unidades básicas, vigilância epidemiológica e gestão contribuiu para o enfrentamento da epidemia de dengue. Essa cooperação institucional fortalece a resposta às emergências sanitárias.

A diversidade epidemiológica das doenças infectocontagiosas exige estratégias diferenciadas de enfrentamento. Pacheco *et al.* (2024) destacam que o controle da dengue envolve mobilização comunitária e manejo ambiental do vetor. Mazzinghy *et al.* (2024) descrevem que a tuberculose requer acompanhamento prolongado e vigilância ativa dos pacientes. A organização das ações sanitárias precisa considerar as características epidemiológicas específicas de cada agravo.

O cenário das doenças emergentes e reemergentes demonstra a complexidade da vigilância em saúde no Brasil. Frutuoso *et al.* (2026) relacionam a expansão desses agravos a transformações ambientais, mobilidade populacional e desigualdades sociais. Almeida *et al.* (2021) reforçam essa perspectiva ao provar a influência das condições socioambientais na distribuição de eventos de interesse sanitário. Esses fatores demonstram a necessidade de políticas públicas integradas.

O enfrentamento das doenças infectocontagiosas no SUS depende da articulação entre vigilância epidemiológica, prevenção territorial e organização do cuidado na APS. Silveira *et al.* (2023) discutem a vigilância na resposta a surtos, enquanto Elidio *et al.* (2025) a situam como componente estruturante da APS. Pacheco *et al.* (2024) abordam a atuação das unidades básicas na dengue, Mazzinghy *et al.* (2024) apresentam desafios no controle da tuberculose e Gomes *et al.* (2024) discutem biossegurança. Almeida *et al.* (2021) e Frutuoso *et al.* (2026) relacionam esses agravos a determinantes sociais e ambientais. Essas contribuições apontam a necessidade de vigilância integrada e qualificação das equipes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão desenvolvida ao longo deste trabalho permitiu compreender que o enfrentamento das doenças infectocontagiosas no SUS depende da integração entre vigilância epidemiológica, organização da APS e estratégias territoriais de prevenção. A análise



evidenciou que a vigilância em saúde ocupa posição estruturante na organização das respostas sanitárias, pois possibilita a identificação precoce de casos, o monitoramento da dinâmica epidemiológica e a adoção de medidas oportunas de controle. Nesse contexto, a incorporação das práticas de vigilância ao cotidiano das equipes da atenção básica amplia a capacidade de resposta do sistema de saúde diante de eventos transmissíveis.

A análise também evidenciou desafios relacionados à organização dos serviços e ao processo de trabalho na APS. Dificuldades no reconhecimento de fluxos assistenciais, limitações na capacitação profissional e fragilidades na articulação entre diferentes níveis de gestão podem comprometer a efetividade das ações de vigilância e controle. Essas limitações indicam a necessidade de fortalecimento institucional das equipes de saúde, bem como de investimentos permanentes em qualificação profissional e infraestrutura dos serviços.

Entretanto, algumas limitações devem ser consideradas. A natureza narrativa da revisão implica dependência das produções disponíveis nas bases consultadas, o que pode restringir a abrangência do material analisado. Além disso, a diversidade metodológica das produções incluídas dificulta comparações diretas entre resultados, exigindo interpretação analítica das contribuições apresentadas.

Diante desse cenário, recomenda-se que futuras investigações aprofundem a análise das estratégias de integração entre vigilância em saúde e APS, especialmente em contextos territoriais marcados por desigualdades sociais e elevada circulação de agentes infecciosos. Também se torna pertinente ampliar investigações sobre processos de trabalho das equipes da atenção básica, sistemas de informação em saúde e estratégias de educação permanente voltadas ao controle de doenças transmissíveis.

Em síntese, o estudo permitiu revelar que o fortalecimento da vigilância epidemiológica articulada à APS constitui elemento fundamental para a prevenção e o controle das doenças infectocontagiosas no SUS. A consolidação dessa integração representa condição essencial para ampliar a capacidade de resposta do sistema de saúde frente aos desafios epidemiológicos contemporâneos e para promover proteção efetiva à saúde coletiva.

REFERÊNCIAS



ALMEIDA, Ana Caroline Caldas de *et al.* Associação ecológica entre fatores socioeconômicos, ocupacionais e de saneamento e a ocorrência de escorpionismo no Brasil, 2007–2019. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 30, n. 4, e2021031, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1679-49742021000400021>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ress/a/99jh4C4Ty5LYd6Gs4dMwc4N/>.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Brasília, DF: Senado Federal**, 1988.

ELIDIO, Guilherme Almeida *et al.* Perspectivas para as políticas públicas de atenção primária à saúde – importância da vigilância em saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 30, n. 5, e17422024, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232025305.17422024>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/Ff9QxstMvW4LVqqpwBTZ8N/?lang=pt>.

FRUTUOSO, Maria Rita Esthefane Lisboa *et al.* Doenças emergentes e reemergentes no contexto brasileiro. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação (REASE)**, v. 12, n. 3, p. 1–19, 2026. DOI: <https://doi.org/10.51891/rease.v12i3.24568>. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/24568>.

FRANCO NETTO, Guilherme *et al.* Vigilância em saúde brasileira: reflexões e contribuição ao debate da 1ª Conferência Nacional de Vigilância em Saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 10, p. 3137–3148, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-812320172210.18092017>. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2017.v22n10/3137-3148/pt/>.

GOMES, Andréia Patrícia *et al.* Biossegurança e transmissão respiratória de doenças infecciosas. **Saúde Dinâmica – Revista Científica Eletrônica da Faculdade Dinâmica do Vale do Piranga**, ano VII, n. 16, e062401, 2024. DOI: <https://doi.org/10.4322/2675-133X.2024.001>. Disponível em: <https://revista.faculdadedinamica.com.br/index.php/sausedinamica/article/view/230>.

MAZZINGHY, Ana Carolina Miranda *et al.* Atenção à tuberculose no município de Governador Valadares: uma análise de julgamento dos profissionais da atenção primária. **HU Revista**, v. 50, p. 1–9, 2024. DOI: <https://doi.org/10.34019/1982-8047.2024.v50.44380>. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/hurevista/article/view/44380>.

PRADO, Níliá Maria de Brito Lima *et al.* Ações de vigilância à saúde integradas à Atenção Primária à Saúde diante da pandemia da COVID-19: contribuições para o debate. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 7, p. 2843–2857, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232021267.00582021>. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2021.v26n7/2843-2857/pt/>.

PACHECO, Flávia Caselli *et al.* Atenção primária à saúde: a maior aliada na resposta à epidemia da dengue no Brasil. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 48, e47, 2024.

DOI: <https://doi.org/10.26633/RPSP.2024.47>. Disponível em:
<https://iris.paho.org/handle/10665.2/59402>.

SILVA, Ana Paula Stefanelo e *et al.* Desafios na atenção básica à saúde no Brasil: enfoque na saúde pública. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, v. 5, n. 5, p. 5065–5073, 2023. DOI: <https://doi.org/10.36557/2674-8169.2023v5n5p5065-5073>. Disponível em: <https://bjih.emnuvens.com.br/bjih/article/view/1017>.

SANTOS, Adelcio Machado. Vigilância em saúde: contexto político e organizacional (2012–2022). **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação (REASE)**, v. 9, n. 1, p. 568–582, 2023. DOI: <https://doi.org/10.51891/rease.v9i1.8277>. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/8277>.

SANTOS-MELO, Giane Zupellari *et al.* Importância e desafios da vigilância em saúde em uma região de fronteira internacional: um estudo de caso. **Saúde e Sociedade**, v. 32, n. 3, e220433, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902023220433pt>. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/sausoc/2023.v32n3/e220433pt/>.

SILVA, Hugo Souza *et al.* A importância da vigilância epidemiológica no contexto das unidades de pronto atendimento. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação (REASE)**, v. 11, n. 11, p. 1947–1960, 2025. DOI: <https://doi.org/10.51891/rease.v11i11.22014>. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/22014>.

SILVEIRA, Rodrigo Euripedes da *et al.* O papel da vigilância epidemiológica no controle de surtos de doenças infecciosas no SUS. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 23, n. 6, 2023. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/12797>.

TURCI, Maria Aparecida; HOLLIDAY, Julia Braga; OLIVEIRA, Nerice Cristina Ventura Costa de. A vigilância epidemiológica diante do Sars-CoV-2: desafios para o SUS e a Atenção Primária à Saúde. **APS em Revista**, v. 2, n. 1, p. 44–55, 2020. DOI: <https://doi.org/10.14295/aps.v2i1.70>. Disponível em: <https://aps.emnuvens.com.br/aps/article/view/70>.